



MEMÓRIA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2021

Aos três dias do mês de setembro de 2021, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 44ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Advocacia-Geral da União – AGU; Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Paraná – MPPR; Observatório Social do Brasil – OSB; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. Registrada a ausência de representantes da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP, Ministério Público do Trabalho – MPT, Ministério Público Federal – MPF, Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR e Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

Maurício Kalache (MPPR), como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação da Ata da 43ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena. Após, passou para o próximo item da pauta: palestra “Métodos de Trabalho em Rede: a experiência da ENCCLA”, com o Dr. **Edson Fabio Garutti Moreira**, Coordenador de Articulação Institucional (DRCI/MJ).

Edson Fabio Garutti Moreira (DRCI/MJ) apresentou um breve histórico sobre a criação da ENCCLA em 2003, que hoje é integrada por 80 instituições de natureza pública e privada. Também exemplificou a diferença na estruturação das missões e discorreu sobre as medidas adotadas no início da gestão, como a capacitação das entidades sobre o combate à lavagem de dinheiro, bem como o mapeamento e o entendimento das necessidades. A mudança mais relevante ocorreu em 2010, momento em que as entidades integrantes iniciaram a definição das ações de forma conjunta. Foram

desenvolvidos diversos materiais, ao exemplo de guias, minutas legislativas e manuais. Ao longo do tempo as ações ficaram mais complexas e participativas no âmbito institucional, no entanto, sempre com caráter orientativo. Destacou que a ENCCLA não possui um estatuto, pois trabalha com ações dinâmicas, as quais não poderiam ser engessadas. A governança é guiada pelos membros fundadores. Em suma, a ENCCLA visa apoio político de quem possa executar o plano de ação, que é validado em consenso pelos seus membros. Desde o início, a ENCCLA é favorável à instituição das Redes, como forma de regionalizar o trabalho com os problemas locais. No entanto, a adesão de entidades estaduais à ENCCLA não se mostra como a melhor estratégia. É mais conveniente, por exemplo, a Rede indicar representantes para alguma ação pontual e apresentar em reunião plenária as boas práticas adotadas. Pela primeira vez na história, o número de participante está sendo um desafio, sendo necessário a adoção de critérios para o ingresso.

Maurício Kalache (MPPR) agradeceu a clareza com que o assunto foi abordado e abriu a palavra para perguntas.

Penélope Gama (DPF) relatou que teve a oportunidade de presenciar a capacidade de consenso da ENCCLA, quando era integrante em 2015 e 2016. Aproveitou a oportunidade para indagar sobre a visão do Dr. **Edson Fabio Garutti Moreira** a respeito da estruturação dos propósitos e objetivos, a longo e médio prazo, tendo em vista a elaboração do planejamento estratégico do Paraná.

Edson Fabio Garutti Moreira (DRCI/MJ) disse que existem várias metodologias na administração pública que permitem o desenvolvimento desse tipo de planejamento, sendo a análise SWOT a recente. Essa estratégia não foi adotada na ENCCLA, que prioriza relembrar sobre a sua cultura em reuniões e textos. Apenas alertou para a construção de mapa a fim de que não haja equívocos no futuro.

Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU) externou os anseios do TCU em que todas as entidades integrantes da Rede sejam mais participativas. Ademais, questionou se há alguma sugestão de ação para que exista mais equilíbrio na participação das entidades.

Edson Fabio Garutti Moreira (DRCI/MJ) disse ser normal a ocorrência do que fora relatado, pois os níveis de interesse e participação serão diferentes. O desafio é fomentar ao máximo a participação de todos os envolvidos. Comentou que a paciência e a maturidade são necessárias, pois a construção ocorre ao longo do tempo. Conforme a

compreensão da magnitude da articulação institucional, as entidades vão se acostumando a compartilhar informações. Apontou que as decisões coletivas são mais morosas se comparadas às individuais, mas a força de aplicabilidade daquelas é muito maior. Para finalizar, indagou sobre como é a estrutura da Secretaria Executiva da Rede.

Maurício Kalache (MPPR) esclareceu que a cada gestão as entidades utilizam-se da sua própria estrutura para compor a Secretaria Executiva, que é a responsável pelo apoio administrativo.

Edson Fabio Garutti Moreira (DRCI/MJ) sugeriu a criação de um *staff* permanente ou de transição para que a cultura seja firmada. É importante identificar quem possui articulação institucional para o trabalho da Secretaria Executiva, assim como é necessário que as entidades entendam que as suas indicações devem ter disponibilidade para desempenhar tais atividades extras.

Maurício Kalache (MPPR) entende que a nova geração vem trazendo uma administração pública mais flexível e eficiente. As comissões fomentam a participação de mais entidades na Rede, permitindo o destaque de mais colaboradores, além de maior interação institucional.

Conrado Fernando Scharmme (CGE/PR) falou sobre o convênio firmado entre a CGE/PR e a Controladoria-Geral do Município de São Paulo – CGM/SP, que tem por objeto a cessão de uso do Sistema de Registro de Bens dos Agentes Públicos. Considerando os termos do convênio, a CGE/PR possui autorização apenas para utilizar o sistema, portanto não pode cedê-lo aos demais poderes do Estado. Por fim, relatou que a Comissão Permanente de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência fará nova reunião no final do mês de setembro, que contará com a presença de Mônica Cotrim Chaves, Secretária da Ouvidoria e Segurança da Informação do TCU, a qual apresentará as dificuldades do TCU com relação à LGPD.

Marilis Bortot Pirotelli Molinari (CGE/PR) aproveitou o ensejo para relatar com maiores detalhes o Termo de Cooperação da CGE/PR com a CGM/SP. O termo prevê a cessão do SISPATRI sem repasse de recursos financeiros, todavia, como contrapartida, eventuais problemas ou sugestões de melhoria do sistema devem ser informados ao Município de São Paulo. Ressaltou que os custos para a hospedagem do sistema serão arcados pela CGE/PR. Por fim, colocou a CGE/PR à disposição para viabilizar a

comunicação das entidades com a CGM/SP, através do contato do gabinete <gabinete@cge.pr.gov.br>, bem como para mediar uma apresentação do sistema a todos da Rede.

Maurício Kalache (MPPR) pediu que Conrado Fernando Scharme envie o material ao e-mail da Secretaria Executiva, bem como ficou de alinhar uma possível data para a apresentação do sistema.

Luciano Cassio de Souza (TCU) relatou as estatísticas da adesão do Sistema e-Prevenção, sendo que cerca de 50% das entidades de todas as esferas já concluíram o preenchimento do formulário.

Marilis Bortot Pirotelli Molinari (CGE/PR) reforçou as medidas adotadas pela CGE/PR, que realizou uma ampla capacitação dos Agentes de Controle Interno para que o Poder Executivo Estadual do Paraná tenha aderência plena.

Luciano Cassio de Souza (TCU) parabenizou a ação do Estado do Paraná, por toda a interação e o comprometimento dos servidores da CGE/PR.

Maurício Kalache (MPPR) aproveitou para relatar sua própria experiência ao auxiliar o MPPR no preenchimento do formulário, afirmando ser trabalhoso o atual método.

Ney da Nóbrega Ribas (OBS) atualizou o andamento da Força Tarefa Cidadã. Os municípios de até 20 mil habitantes serão notificados sobre as falhas identificadas nos portais de transparência na primeira quinzena de setembro. Com o resultado final, previsto para outubro, será possível realizar ações integradas com os gestores municipais para a adoção de boas práticas de transparência.

Por fim, **Maurício Kalache (MPPR)** informou a substituição de Rafael Ayres na Coordenação-Geral de Fiscalização do TCE/PR. Aproveitou a oportunidade para demonstrar o reconhecimento pelo trabalho exemplar, que oportunizou grande proximidade entre as instituições com o TCE/PR. Assim, pediu a permissão da Rede para expedir ofício ao Presidente do TCE/PR externando o reconhecimento e o agradecimento da Rede, inclusive sugerindo a anotação do elogio na ficha funcional do colega.

Marcus Machado (TCE/PR), Robson Duarte Xavier (TCE/PR) e José William Gomes da Silva (CGU) também parabenizaram o excelente trabalho de Rafael Ayres.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES			
nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Aprovação da data de apresentação do SISPATRI	Marilis Molinari Maurício Kalache	-
2	Emissão de ofício ao TCE/PR	Maurício Kalache	-